



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CONVERGÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MODO DE FAZER E REFAZER A CIDADE

Rosimar Freire Barbosa (Universidade Federal Fluminense) - rosimarbf@gmail.com

Graduação em geografia e mestrado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense

**XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**
23 a 27 de maio de 2011
Rio de Janeiro-RJ - Brasil

CONVERGÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MODO DE FAZER E REFAZER AS CIDADES

RESUMO

Este trabalho é um subproduto do projeto intitulado: “*GLOBALIZAÇÃO, COMPETITIVIDADE E METRÓPOLE: Estudo Comparativo sobre Gestão e Produção do Urbano Brasileiro Contemporâneo*”, cujo principal objetivo é identificar possíveis convergências e/ou similaridades das políticas públicas voltadas à gestão urbana empreendidas por diferentes orientações político-partidárias, frente aos imperativos do que vulgarmente tem sido denominado de fenômeno da globalização nas metrópoles brasileiras. Nesse sentido, ele analisa e compara as experiências de políticas públicas de habitação e urbanização em áreas ocupadas na cidade do Rio de Janeiro, administração César Maia (1993-1996, 2000-2004), com o Programa Favela Bairro e na cidade de Belém, PA, administração Edmilson Rodrigues (1997-2004), com o Projeto Tucunduba ambos implementados na década de 1990. Avalia-se que tais projetos, a despeito de pertencerem a administrações de orientações político-partidárias distintas, além de se constituírem verdadeiros símbolos e/ou marcas de governo das administrações estudadas, apresentam um razoável grau de convergência, notadamente através de sua relação e articulação com as agências multilaterais, no caso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CONVERGÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MODO DE FAZER E REFAZER AS CIDADES

A ênfase nos projetos estratégicos, no *city marketing*, na atração de investimentos em serviços, na transformação radical da cidade em lugar de consumo, é uma das possibilidades alardeadas pelo poder público local na sua busca para dinamizar a economia, frente a um contexto internacional cada vez mais instável e competitivo constituindo-se numa série de iniciativas administrativas seguida como receituário a ser adotado pelos diversos governos locais, dos mais variados matizes políticos e ideológicos (BIENENSTEIN, 2001, p.09).

Neste sentido, observa-se que a acirrada competição entre os lugares acarretou, principalmente nos países subdesenvolvidos, a adoção de estratégias de cunho ideológico que colocou as metrópoles no centro do circuito do modelo de globalização imposto através dos discursos que as identificam como “modernidade”. Tais tendências, sob a disputa dos agentes econômicos, indicam algumas das principais saídas, através das quais as cidades devem buscar escapar da estagnação, o que repercute em sua urbanização.

Esses modelos são reconhecidos e tomados como experiências a serem seguidos, tendo em vista o pretense sucesso quando de sua aplicação em outras cidades de contextos fortemente distintos. Além disso, tais enunciados têm se espalhado mundo afora, configurando o receituário a ser seguidos pelas diversas localidades, em detrimento de suas respectivas identidades e/ou singularidades sociogeográficas e culturais.

Assim, a forma usada na requalificação de áreas supostamente degradadas física e socialmente e o redesenho de parcelas do espaço urbano priorizando a imagem e os fluxos, entre outras iniciativas, passaram a constituir o rol das formas de atuação das administrações urbanas.

A partir desta compreensão, que tem usualmente priorizado as intervenções pontuais, cabe então indagar: como as administrações urbanas têm enfrentado a problemática habitacional, principalmente em áreas já ocupadas nas metrópoles brasileiras, especialmente num momento em que o embelezamento da cidade faz parte das marcas de governo para atrair investidores e registrar sua passagem para a “modernidade”, dentro do atual modelo do capitalismo que tem nas cidades uma das suas principais fontes para sair da crise.

Tendo em vista a crescente percepção de que há uma tendência convergente de concepções e práticas calcadas no que tem sido denominado de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996), adotado pelas diversas administrações urbanas brasileiras,

independentemente de sua filiação político-partidária foi adotado como modelo comparativo a política de habitação social e urbanização em áreas já ocupadas na cidade do Rio de Janeiro como o Programa Favela Bairro e o Projeto Tucunduba em Belém-PA.

Para atender ao principal objetivo desta pesquisa, ou seja, verificar possíveis convergências e/ou divergências entre as políticas voltadas para a habitação social nas metrópoles aqui estudadas e administradas por distintas filiações político-partidárias, é a seguir realizada a análise e reflexão comparativa entre os programas e projetos de habitação social, ambos financiados pelo BID, o programa Favela-Bairro e o Projeto Tucunduba. O ferramental metodológico aqui utilizado está baseado nas dimensões de análise que constam como referência metodológica, isto é, a dimensão político-institucional, bem como os respectivos planos de governo municipal, visando encontrar possíveis semelhanças e identificações, ainda que um pouco diferenciadas, quanto à forma de arranjos espaciais da densidade construtiva das áreas consolidadas ou adensadas e de visibilidades como marcas de governo em cada programa de gestão municipal.

DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Dentro da ***Dimensão Político-Institucional***: busca reconhecer o contexto político no qual emerge o programa e os projetos, e analisar a formação de possíveis coalizões políticas durante a implementação destes; investiga os processos decisórios, os atores e os modos de implementação do programa (formação de parcerias,), assim como as disputas políticas, econômicas e simbólicas nas escalas regional e nacional.

a) *Gestão César Maia 1993-1996, 2001-2004:*

Com a redemocratização do país, acontece na metrópole carioca a difusão de movimentos associativos com fins diversos - resistência a consequências da inadimplência junto ao Sistema Financeiro da Habitação, regularização fundiária e suprimento de carências urbanas. Tais processos de organização e reivindicação contribuíram com propostas para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, trazendo para a agenda política do estado e da cidade o enfrentamento das condições urbanas, assim como nova concepção para a administração pública.

Desse quadro, emergem como forças políticas emblemáticas as figuras de Anthony Garotinho (que seria posteriormente sucedido no executivo estadual por sua esposa, Rosinha

Matheus), e de César Maia que, em 1992, se elege prefeito da cidade do Rio de Janeiro, derrotando a candidata do Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva.

No plano municipal, César Maia inicia sua primeira gestão em 1992 (continuada, entre 1996 e 2000, pelo arquiteto Luiz Paulo Conde, que havia sido seu Secretário de Urbanismo durante seu primeiro mandato).

Utilizando-se de agressivas estratégias de marketing e das oportunidades oferecidas no âmbito mundial para processos de valorização na cidade, César Maia instaura um modo de governo baseado em grandes e emblemáticas intervenções ou projetos na malha urbana (Favela-Bairro, Rio-Cidade, Museu *Guggenheim*, entre outras), e na substituição das dinâmicas e processos de planejamento através da qual surgem novos modelos de gerir a cidade, especialmente a partir de experiências inovadoras vindas de fora.

Desse modo, ao assumir o comando do executivo municipal carioca, César Maia inicia sua administração preenchendo um vazio de projetos para a cidade (cf. BIENENSTEIN & SÁNCHEZ, 2006), articulando suas iniciativas com as tendências internacionais de gestão e planejamento urbano, notadamente as que foram levadas a cabo na Europa. Tal movimento se consubstanciou numa agenda dita modernizadora que, dentre outros aspectos, visava estabelecer uma imagem positiva de seu governo que possibilitasse, no futuro, uma possível sucessão de mandato.

Uma das primeiras repercussões dos novos tempos e rumos da recém-eleita administração foi a desarticulação da equipe técnica responsável pela coordenação do Plano Diretor, dando início ao processo de reforma e adequação político-administrativa dos quadros técnicos a novas competências e funções do município. Para enfrentar os problemas diários da cidade, tais como violência, invasões e mendicância, a administração propôs recuperar os espaços públicos como eixos principais de sua gestão.

Dentro desta visão as ações governamentais relativas ao planejamento e à gestão do uso do solo passam a ser orientadas por três diretrizes: “*o estabelecimento da ordem urbana e a devolução dos espaços públicos; o disciplinamento do acesso ao solo urbano; e o desenvolvimento da identidade da cidade e da sensação de pertencimento*”.

Em seu plano de governo utilizou largamente estratégias de marketing, inserindo um modo peculiar de governar baseado em grandes e emblemáticas intervenções ou projetos na malha urbana. Além disso, implementou o Plano Estratégico para a cidade, assessorado por empresários e associações patronais que ocupavam a cena política, o que, em muitos momentos, reforçou a despolitização e a exclusão da questão urbana para os excluídos.

Marca importante do seu primeiro mandato, foi a criação do Grupo Executivo de Programas Especiais de Trabalho de Assentamentos Populares (GEAP), órgão específico para a política habitacional que, em 1994, transformou-se na Secretaria Municipal de Habitação. Registrando que a experiência dos técnicos responsáveis pelos programas de infraestrutura urbana em áreas já ocupadas facilitou, em alguns momentos, o desenvolvimento do Programa Favela Bairro.

Dessa forma, o Rio de Janeiro assiste a emergência de novos atores públicos e privados, assim como agências internacionais (multilaterais) tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, ao longo da história brasileira, tem incorporado no destino das cidades programas de financiamentos nas práticas de planejar e produzir o espaço urbano.

No plano das articulações e/ou disputas, apresenta registros de manifestações de apoio ao empreendedorismo e, notadamente, programas integrados de urbanização nas áreas degradadas, procurando racionalizar o modo de produção dos espaços produzidos com parcerias público-privadas, reafirmando o processo de globalização em seu contexto histórico contemporâneo.

Com relação ao Programa Favela Bairro, houve grande impacto publicitário pelo número de favelas envolvidas e na escala de ação com o propósito de melhorar as condições de vida da população. Dessa forma, destaca-se como positiva a visibilidade da urbanização ao cidadão e ao direito de endereço. Por outro lado, segundo pesquisas realizadas por CARDOSO (2002), o processo de escolha e hierarquização da intervenção parece ser mais uma estratégia de marketing do que uma definição calcada em diagnóstico das necessidades, o que implicou que as favelas atendidas pelo programa não fossem as mais carentes, mas sim aquelas que já vinham sendo objeto de intervenção em programas anteriores. Em relação à participação popular, observou-se pouca atuação por parte dos moradores, com indícios de constituírem-se as ações mais como prática de legitimação do que de democratização da política.

b) Gestão Edmilson Rodrigues Belém-PA 1997-2004

A renovação política de Belém foi oferecida pelo Partido dos Trabalhadores ao eleitorado através de outros aspectos, da inserção de sua proposta de governo relativa à efetiva participação popular na política, notadamente no orçamento municipal. Também constando do programa de governo, havia a proposta de execução de obras nas áreas de baixada, especialmente naquelas onde havia carência de infraestrutura. Tal iniciativa serviu de ânimo

para mudar os rumos das eleições previstas, já que essas áreas foram sempre deixadas de lado pelos governos anteriores.

A ideia da participação popular possibilitou vencer nas urnas os candidatos Ramiro Bentes (PFL) e Elcione Barbalho (PMDB), que faziam parte da hegemonia política no Estado há décadas.

Avalia-se que o comprometimento de Edmilson Rodrigues com a efetivação da participação popular, notadamente dos estratos mais baixos da classe trabalhadora, durante sua gestão municipal, foi de fundamental importância para sua vitória em 1997.

Em seu primeiro mandato, Edmilson Rodrigues (1997-2000) propôs operar uma ruptura com os padrões de desenvolvimento urbano das administrações anteriores, a partir da inversão de prioridades e por meio da implementação de mecanismos de controle social - usando o orçamento participativo e o congresso da cidade como instrumentos de ação na democratização da gestão pública.

Além disso, adotou uma política voltada para o desenvolvimento de suas ações de forma organizada em torno de grandes objetivos, metas de desenvolvimento, estabelecendo em seu plano de governo ações complementares e associadas, designadas "Marcas de Governo". Tais marcas consistiam nos objetivos substantivos do Governo do Povo no processo de intervenção na cidade e de garantia de direitos e, no âmbito interno, articulação interinstitucional entre as diversas instituições municipais (cf. MARTINS, 2000, p.23).

Para operacionalização do princípio da participação popular, foram propostas as seguintes instâncias organizativas: deliberativa (OP); fiscalizadora (Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Obras – COFIS); instâncias co-responsáveis na implantação ou administração de investimentos e de monitoramento e avaliação das ações de governo (Conselhos Setoriais). Através do OP (instância deliberativa), os agentes sociais da cidade optavam pela alocação dos investimentos públicos, sendo que para cada projeto eleito pela comunidade era constituída uma COFIS (instância fiscalizadora), que acompanhava e fiscalizava a aplicação dos recursos financeiros empregados. Durante as várias assembleias do OP foram definidas as seis marcas de governo que englobavam objetivos, estratégias, metas ampliadas de desenvolvimento e ação, cuja implementação requeria ação conjunta de diversos setores de forma complementar e integrada.

A partir de 2000 a prática democrática é consolidada por meio de congressos Distritais, Temáticos e Setoriais (juventude, mulheres, homossexuais, portadores de necessidades especiais, índios e negros).

Dentro do desenho político de suas “Marcas” encontra-se o programa Sanear Belém, que direcionou obras e projetos de urbanização para as áreas das baixadas, conforme seu prometido na campanha eleitoral. Alguns projetos ganham importância, e como exemplo temos o Projeto Tucunduba, baseado em diretrizes de gestão de rios urbanos, financiado pelo Programa Habitar Brasil – BID, com contrapartida municipal, que tinha como objetivo revitalizar e recuperar a Bacia do Tucunduba, no qual inseriu em suas ações complementares o Plano de Desenvolvimento Local-PDL, na comunidade Riacho, com efetiva participação da população envolvida.

No processo do Projeto do Tucunduba/PDL a participação popular teve início com várias discussões para viabilização dos recursos por parte da Prefeitura Municipal de Belém, através do Orçamento Participativo, quando a comunidade mobilizou-se para sua aprovação. Posteriormente formou-se o Conselho de Controle e Participação Popular do Projeto Tucunduba/CCPP, composto através de reuniões com as lideranças, que se constituíram em delegados e conselheiros do Orçamento Participativo e representantes de entidades comunitárias. Após esse debate foi aprovado o regimento de composição do conselho e feitas reuniões para eleições de seus representantes, totalizando 60 membros. Cabia ao Conselho de Controle e Participação Popular analisar, junto aos técnicos, os projetos básicos e executados, acompanhar e fiscalizar a execução da obra, além de fiscalizar se o padrão do material utilizado constava nas especificações do projeto.

Dentre os pontos positivos podemos citar a participação popular no que concerne ao Plano de Desenvolvimento Local-PDL, que avançou ao tentar fortalecer a consciência política dos moradores locais no processo de implementação do plano de organização e reestruturação espacial que envolveu as lideranças locais. Por outro lado a ação limitada em termos de construções de novas habitações se restringiu à infraestrutura e urbanização obedecendo ao receituário do BID, assim como o Programa Favela Bairro no Rio de Janeiro.

Matriz comparativa dos pontos de convergências e divergências das administrações municipais

QUADRO 1 - RESUMO DA MATRIZ COMPARATIVA

DIMENSÃO POLITICA – INSTITUCIONAL	
Gestão Municipal	
RIO DE JANEIRO: 1993,1996-2000,2004	BELÉM: 1997, 2000.-2001,2004
<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de gestão: referencia no City Marketing, do “empreendedorismo” e do planejamento estratégico voltados a produzir e a divulgar condições urbanas adequadas às demandas da iniciativa privada. • Plano de Governo: preconizava estabelecer relações de intercambio, negociação e colaboração, através dos diversos segmentos da sociedade, concentrando na estratégia da parceria público-privada. Porém as grandes transformações de recuperação e embelezamento dos espaços públicos engendradas pelo governo acabaram ficando comprometidas com o processo de empresariamento do espaço urbano e com o setor turístico da cidade. • Gestão municipal incorpora a técnica de gestão empresarial às políticas urbanas, buscando investimentos privados através da competitividade no consumo de lugares na cidade, que se alteram para se adequar ao processo da globalização. • Instrumentos utilizados: parcerias público - privadas. • Recursos estratégicos: intervenções pontuais para que a cidade incorpore o processo da competitividade sob o discurso da ordem e da remodelação dos espaços públicos. • Objetivo: desenvolvimento econômico com as instituições de parcerias público-privadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de gestão: administração democrática e popular. • Plano de governo: planejamento estratégico participativo enfatiza o exercício do processo gerencial entre a administração municipal superior com a co-gestão da representatividade da comunidade. • Gestão municipal que fundamenta o seu plano de governo através da metodologia do Planejamento Estratégico Situacional. • Instrumentos utilizados: conferências, seminários, oficinas de trabalho, e parceria público-privadas. • Recursos estratégicos: orçamento participativo, congresso da cidade, atribuindo poder de decisão à sociedade a serem aplicados em projetos denominados de Marcas de Governo. • Objetivo: intervenção na cidade e garantia de direitos, articulação da participação popular junto às instituições municipais.
Marcas de governo no enfrentamento da questão da habitação	Marcas de governo no enfrentamento da questão da habitação
<ul style="list-style-type: none"> • Programa de urbanização de favelas, destaque o Programa Favela Bairro. • População atendida: aproximadamente 520 mil hab. • Parceria: PCRJ, BID e CEF 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de urbanização e infraestrutura em áreas alagadas, destaque o Projeto Tucunduba. • População atendida: aproximadamente 6.047 hab. • Parceria: PMB, BID e CEF

Pontos de similaridades nas administrações municipais

RIO DE JANIERO	BELÉM
<ul style="list-style-type: none">• Projetos e programas financiados pelas agências multilaterais.• Os programas e projetos se concentraram na implantação de infraestrutura urbana, limitando a promoção de novas habitações.• Os programas e projetos seguem o modelo operacional regulamentado pelo BID, independente de suas filiações políticas partidárias.• Tendências à valorização dos espaços públicos, adequando a cidade às novas formas do modo de produção capitalista, mesmo tendo diferenças de ação no planejamento urbano da cidade. (RJ, ação empresarial, Belém, ação democrática e participativa).• Tentativa e esforços na construção participativa da sociedade civil.• Nas duas metrópoles já existiam projetos semelhantes de outras administrações, contribuindo de certa forma para as experiências do Favela Bairro e Tucunduba.	

CONCLUSÃO

O que podemos tirar desta matriz é que, independente das orientações político-partidárias, os governos municipais na década de 1990 se voltam para a implementação de programas de urbanização, luta antiga do movimento popular e dos moradores de favela em áreas já ocupadas, de diferentes denominações: invasões, favelas, ocupações irregulares, etc. Ao que parece, tais iniciativas buscaram ultrapassar a fase de projetos pilotos e se desenvolveram através de programas mais abrangentes de urbanização. Neste contexto, percebe-se que as agências multilaterais propuseram a ampliação da escala de intervenção, e o governo federal, por meio do Programa Habitar Brasil-BID, exigiu que os municípios adotassem o Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais- PEMAS e o Subprograma Desenvolvimento Institucional-DI,(PROGRAMA HABITAR BRASIL BID,2004) objetivando capacitar o município para estabelecer e implementar uma política habitacional e de urbanização de áreas ocupadas pelos estratos mais baixos da classe trabalhadora. Contudo, o que se pôde observar através da pesquisa é que tais determinações, seja das agências

multilaterais, seja do governo federal, de certa maneira, incentivaram a adoção desse tipo de ação pelos gestores locais independentemente das suas respectivas filiações político-partidárias. Desse modo, apesar das diferenças intrínsecas de seus conteúdos programáticos e práticas políticas, observa-se alguma convergência na formatação e implementação de políticas e programas voltados à habitação e à urbanização dos grupos sociais excluídos quando segue a Regulamentação Operacional do BID, embora seja importante ressaltar que tal constatação não invalida o esforço que a gestão do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, então filiado ao Partido dos Trabalhadores, buscou efetivar durante seus anos à frente do executivo municipal belenense que inclusive serviu de modelo para a implantação do processo de conferência das cidades em 2003.

Considera-se observar que ações em áreas com carência de infraestrutura promovem melhorias das condições ambientais e, possivelmente, na qualidade de vida dos seus moradores. Entretanto, é importante salientar que, muitas vezes, tais ações se consolidam sem equacionar os problemas ambientais e fundiários. Vale também ressaltar que, dentro das novas perspectivas da política habitacional nas regiões metropolitanas desenvolvidas, nota-se que as experiências implementadas no Rio de Janeiro, com o Programa Favela Bairro, e em Belém, com o Projeto Tucunduba, foram estabelecidas com normas da Agência Financiadora, no caso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, que determinou alguns limites, especialmente no quesito provisões de novas habitações, uma vez que muitas ações se restringiram às proposições circunscritas a soluções de infraestrutura urbana (saneamento básico), o que, neste caso, exigiram consideráveis volumes de recursos de órgãos de níveis federal, estadual e municipal propriamente ditos para construção e financiamento de moradias adequadas.

A agenda urbana atual induz tanto à produção de novos espaços quanto à constituição e legitimação de novas concepções e paradigmas sobre a gestão e o planejamento das cidades. Esta mútua dependência entre materialização e simbolização por meio de difusão discursiva de modelos de reestruturação urbana e de intervenções propriamente ditas, tais como o Programa Favela Bairro/RJ, e o Projeto Tucunduba-Belém, na década de 1990, parece delinear as possibilidades, no caso aqui estudado, de iniciativas voltadas à recuperação de áreas ocupadas e degradadas ou de renovação urbana propriamente dita, visando o enfrentamento da crise, empreendidas pelas diversas administrações municipais brasileiras. Neste sentido, conforme BIENENSTEIN (2005, p.9), tais iniciativas parecem apontar para o que se poderia chamar de “revolução simbólica”, que pode ser reconhecida através das “Marcas de Governo”, onde cada administração busca se inserir nas oportunidades (ou nichos) oferecidas pela dinâmica

econômica e sociopolítica atual, seja atraindo os investidores estrangeiros e inserindo na cidade intervenções pontuais, seja procurando atenuar situações limite, especialmente aquelas enfrentadas pelas classes menos favorecidas.

Ainda conforme BIENENSTEIN (2005), nestes tempos de modernização excludente, a luta simbólica para impor determinada visão de mundo associada a um “modelo” configura a atualidade e a urgência do debate político e ideológico sobre os destinos da cidade, especialmente para aqueles engajados em uma perspectiva inclusiva democrática.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia, VAINER Carlos, MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis*. Editoras Vozes, 2000.

ARAÚJO, Rosane Lopes de. *O Planejamento Urbano e a Norma de Uso e Ocupação do Solo – A Cidade do Rio de Janeiro na Década De 1990*. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Dissertação de Mestrado IPPUR/UFRJ. 2003

AQUINO, Sebastião Carlos Silva e. *Participação no Orçamento da Gestão Municipal de 1997 a 2000 em Belém do Pará: Democratização das Relações entre Governantes e Governado*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social- Tese de Doutorado, UFRJ. RJ 2006.

BARBOSA, Maria José de. *Estudo de Caso: Tucunduba Urbanização, Gestão de Rios Urbanos-Belém/PA*. Versão condensada.

BIENENSTEIN, Glauco. *Espaços Metropolitanos em Tempos de Globalização: Um estudo de Caso do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2000.

_____. *Desafios da Gestão Contemporânea das Cidades: Apontamentos. II - Encontro Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida - O desafio para as cidades no século XXI*. Belém-PA, 2001.

_____. BIENENSTEIN et. all. *GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO: O QUE SE PODE APRENDER COM A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA?* Convênio LILP/IPPUR-UFRJ. Coordenação: VAINER, Carlos B. (IPPUR-UFRJ) SÁNCHEZ, Fernanda (EAU-UFF). *ESTUDO DE CASO: JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007, RIO DE JANEIRO*, 2006.

_____. *Globalização e MetrÓpole - A Relação entre as Escalas Global e Local: O Rio de Janeiro*. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2001, pp. 73-84.

BIENENSTEIN, Regina. *Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processo de Regularização Fundiária*. Tese de Doutorado. FAU-USP. 2001.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil*. *Análise Social*. V.XXXIX. (127) 1994.

BOTEGA, Leonardo Rocha. *De Vargas a Collor: Urbanização e Política habitacional no Brasil*. Revista Espaço Plural. Ano VIII. Nº 17. 2º Semestre. 2007. p-66-72.

BOTELHO, Adriano. *A produção do Espaço e o Empresariamento Urbano: O caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas*. Revista Geosp-Espaço e Tempo, São Paulo, nº 16, 111-124, 2004.

BURGOS, Marcelo. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In. Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

CARDOSO, Adauto Lucio. *O Programa Favela-Bairro-Uma Avaliação*. Anais do seminário de avaliação de projetos IPT. 2002.

CARDOSO. Adauto Lucio, Moreira, Tomás Antônio. *Balanço da Política Municipal de habitação 2001-2003*. PUC/SP. PÓLIS. 2004.

_____ et. Alli. *A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro*. Coleção Habitare. cap.8.2007.

CARDOSO, Lucio Adauto. (Coord.). Coleção Habitare-Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras. Cap.5 e 6. *A questão habitacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Belém*. 2007.

CHESNAIS, François. (coordenação). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

COMPANS, Rose. *Intervenção de Recuperação de Zonas Urbanas Centrais: Experiências Nacionais e Internacionais*. IPPUR, UFRJ, 2002.

CARMO, Edgar Candido. *A Política Habitacional no Brasil Pós Plano Real (1995-2002) Diretriz, Princípios, Produção e Financiamento: Uma análise entrada na atuação da Caixa Econômica Federal*. Tese de doutorado. Economia Aplicada. Unicamp-2006.

CASTELLS, Manuel. *A questão da urbana*. Ed. Paz e terra. V.48.2006.

CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sergio. *Favela Bairro: Outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Ed. Vivercidades. Agosto 2004.

CONFLITOS URBANO-AMBIENTAIS EM CAPITAIS AMAZÔNICAS: Boa Vista, Belém e Manaus. COHRE. 2006, p.26-31

CORREIA, Guimarães Fernanda. *Programa Favela-Bairro e Exclusão*. Dissertação de mestrado. Ciências Políticas-UFRJ. 2003.

DENALD, Rosana. *Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses*. Tese de doutorado. FAU USP. 2003.

ENGELS, F. *O Problema da Habitação*. Trad. Antônio Pescado Lisboa. Ed. Estampa 1975.

ENGELS, F. In: *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1846)*. Ed. Afrontamento. Porto 1975.

FARIAS Rosa Sulaine Silva. *Planejamento e Gestão Participativa em Belém-PA: O Congresso da Cidade (2001-2004)*. Dissertação de Mestrado. PROPUR-UFRS. 2004.

FERREIRA, R. *Plano Diretor e Plano Estratégico do Rio de Janeiro: Gestão democrática ou gestão estratégica?* Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado IPPUR/IFRJ-RJ 2000.

FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Revista espaço e debate. nº39, XVI 1996.

IUNG. M. *A participação social e as políticas públicas: o exemplo do PROSANEAR-RJ*. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ-RJ 2003.

GEMAQUE SOUZA, Charles. *O Plano de Desenvolvimento Local no Tucunduba: Uma experiência de gestão urbana reformista na Amazônia*. Novos cadernos do NAEA. V.10. Nº 01, p.101-118, jun.2007

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques, FERNADES, Lenise Lima. *O Programa Bairro nas Favelas da Praia da Rosa e Sapucaia (RJ)*. Revista estudos Avançados. 23(66), 2009.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. *Política Habitacional e Urbanização no Brasil*. Revista Scripta Nova. Vol. VII. Nº VII 146. UFRN. 2003.

JUNIOR, Luis Régis Coli Silva. *O Programa Favela-Bairro e as Políticas Habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Dissertação de mestrado. IPPUR/UFRJ. RJ 2006.

LIMA. Erich Celso de Macedo. *Políticas Federais e Habitação no Brasil (1930-2005) Marcos Históricos e Institucionais*. Dissertação de Mestrado. FAU-DEHA. UFAL.2007

LUNGO "As cidades e a globalização, a partir da América Central e do Caribe", In: Espaço & Debates, nº 39, 1996, pp. 23-31.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo. Martins Fonseca. 1981.

MARICATO, Ermínia. *Indústria da Construção e Política Habitacional*. Tese de Doutorado. FAU-USP.1983.

_____. *Habitação e as Políticas Fundiárias, Urbana e Ambiental*. Brasília, PNUD e Ministério das Relações Exteriores, 1995.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. *Os Desafios da Gestão Municipal Democrática - Belém -1997-2000: Desenhando a cidade do terceiro milênio*. São Paulo. Polis, 2000.

NEGRÃO, Marcília Regina Gama. *A contribuição dos Programas Oficiais para a Consolidação Sócio-Espacial de Assentamentos Informais. Uma avaliação do Plano de Desenvolvimento Local no Assentamento do Riacho Doce e Pantanal - Belém/PA*. Programa Pós-graduação em Engenharia Civil. Dissertação de Mestrado. UFPA. 2007.

O RIO DE JANEIRO E O FAVELA-BAIRRO: *Coleção Estudos da Cidade*. Rio Estudos nº120. Setembro – 2003.

OLIVEIRA, Fabrício Leal. *Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no Eixo Norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico urbano e social para o município de Belo Horizonte*. 2009.

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (versão resumida) Rio de Janeiro: *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio*, Janeiro de 1996.

PINHEIRO, Andréia. PARACAMPO, Maria Vitória. et all. *A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém*. Coleção Habitare. Cap.5.2007.

RIBEIRO, L.C.; LAGO, L. & DAVIDOVICH, F. (orgs). *Projeto Plano de Avaliação do Programa Favela-Bairro* (Relatório Final) Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal/ IPPUR/UFRJ.

PRÉTECEILLE, E. “*Cidades Globais e Segmentação Social*”. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Luiz César de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PROGRAMA HABITAR - BRASIL / BID REGULAMENTO OPERACIONAL - maio de 2004. Disponível: www.cidades.gov.br/...habitacao/programas.../hbb.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Urbanização Sem Urbanidade: um Cenário de incertezas*. In: *Urbanidade e Vida Metropolitana*. Rio de Janeiro: JORBRAN – Livraria e Editora, 1996, pp. 77-117.

RIO CIDADE: *O Urbanismo de Volta às Ruas*. IPLANRIO – Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

RUBEN, George Oliver. *A Cidade como Categoria Sociológica*. In: *Urbanização e Mudança Social no Brasil* Cidade. Vozes, 1982.

SÁ, Maria Elvira Rocha de. COSTA, Solange Maria Gayoso da. *Intervenções Públicas Municipais e Desenvolvimento Local: Experiência de Extensão Universitária em Belém, PA*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda E. & BIENENSTEIN, Glauco. “O ‘CAMINHO NIEMEYER’ Como Projeto Estratégico: gestão, produção do espaço e reconversão da imagem de Niterói”. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*, Belo Horizonte, 2003 (no prelo).

SÁNCHEZ, Fernanda. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena de. *Planejamento Urbano no Brasil e a intervenção Urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA –1997/2004*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Dissertação de Mestrado 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. *POLITICA NACIONAL DE HABITAÇÃO/BRASIL*.2004. Disponível <http://www.cidades.gov.br/secretaria> de habitação Acessado em 11/11/2009.

SEDU-PR (2001). *Política Municipal de Habitação – orientações para a formulação e implementação*:In Cadernos do Programa Habitar Brasil-BID. IPPUR/UFRJ-FASE. vol. 1.2001.

SOUZA, Ticiane Ribeiro. *Ocupações de edifícios públicos* - Monografia. EAU. UFF. 2006.

SILVA, Éder Roberto da. *O Movimento Nacional Pela Reforma Urbana. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil*. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. UFSCs. 2003.

TRINDADE Jr. Saint Clair Cordeiro et. all. (org.) *Belém a cidade e o rio na Amazônia*. Ed. UFPA 2005.

_____*Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém. Dissertação mestrado/NAEA*. UFPA. 1997.

VAINER, Carlos B. *Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano?* In: Proposta, ano 24, junho de 1996, nº 69, pp.28-34.

VALLADARES, L. (Coord.) *Passa-se uma casa: Análise do Programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zaha. 1978.

_____*Repensando a Habitação no Brasil*. Zahar. Edit. Rio de Janeiro, 1983.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para historia do Planejamento Urbano no Brasil. In: Déak, Csaba, SHIFFFER, Sueli Ramos (orgs). *O Processo de Urbanização no Brasil*. Edusp. 2004